



AUTARCAS SOCIAL – DEMOCRATAS

XXXIV CONGRESSO NACIONAL DO PSD

PROPOSTA TEMÁTICA

**“UM NOVO PARADIGMA DE
GOVERNO LOCAL”**

1.º Subscritor:

Pedro Oliveira Pinto

Presidente da CPN dos Autarcas Social-Democratas

1. Introdução / Enquadramento Político e Institucional

"A Democracia é difícil e exigente, mas dela não nos demitimos."

Francisco Sá Carneiro

Portugal vive um momento único da sua história e provavelmente o mais difícil desde a implantação do regime democrático.

Este é, de facto, **um momento histórico na vida do nosso país**, em que, mais uma vez, o PSD é chamado ao Governo para gerir uma difícil situação deixada por um governo socialista antecessor. E desta vez a herança é a mais pesada: um Programa de Assistência Económica e Financeira do qual a sobrevivência do país depende directamente.

Saúda-se a coragem e o espírito reformista que o Governo de coligação liderado pelo PSD assumiu desde o primeiro dia. É, de facto, tempo de mudar de vida e de fazer os ajustamentos necessários que nos permitam ganhar um futuro melhor para o nosso país.

O PSD sempre foi, verdadeiramente, **o partido do Poder Local**. A sua presença na gestão dos Governos Locais ao longo destes 38 anos de democracia é um traço indelével do gene do partido. A sua presença no Poder Local tem sido um dos principais referenciais de estabilidade do próprio partido, **tendo garantido, inclusivamente, a sua sobrevivência em períodos mais difíceis**.

Assistimos hoje a uma profunda transformação do enquadramento jurídico e financeiro das autarquias. Não temos dúvidas em afirmar que a conjuntura económica e financeira do país e da Europa, juntamente com os novos modelos de gestão, de regulação e de racionalização económica e financeira, motivarão **um novo paradigma de Governo Local** para as próximas décadas.

Este novo paradigma de Governo Local deve assentar, imperiosamente, em dois vectores essenciais: estabilidade, lealdade e previsibilidade legislativa; e hierarquização clara das competências. Sem estes pressupostos, será impossível determinar políticas estáveis de desenvolvimento de médio e longo prazo e reduzir-se-á substancialmente a capacidade de intervenção das autarquias nos seus territórios.

Da mesma forma **que as autarquias garantiram a verdadeira democratização do nosso país** nos últimos 38 anos, os Governos Locais estão hoje prontos para assumir os novos desafios que

se apresentam ao país e aos territórios, designadamente aqueles que decorrem da redução da dívida pública e da necessidade de assegurar a sustentabilidade futura das próprias autarquias.

É óbvio que nenhuma reforma autárquica desta amplitude e dimensão pode ser feita contra as autarquias. As **reformas fazem-se com as autarquias**, envolvendo-as de forma séria na discussão e na definição do seu novo paradigma. Uma mudança tão substancial imposta a partir de cima estará sempre condenada ao insucesso, por desajustamento face à realidade dos territórios e por excessiva generalização. Os autarcas não podem ser transformados em meras marionetes da Administração Central.

Entendemos que o caminho deve ser outro e esta é uma oportunidade histórica para a definição e implantação de um novo paradigma de Governo Local em Portugal. Haja bom senso e vontade.

Pelo lado dos Autarcas Social-Democratas, o PSD e o Governo que lidera sabem bem que podem contar com um contributo sério e responsável, desprendido de corporativismos bacocos e da defesa de interesses “de quintal”.

Porém, e voltando ao gene do PSD, ninguém compreenderia que os autarcas não defendessem a importância do Poder Local e o seu papel fundamental na democratização do país.

Estamos preparados para a mudança e para um novo modelo de gestão e governação local. Estamos preparados para enfrentar o populismo e a demagogia que já todos percebemos que vamos ter que enfrentar.

Estamos preparados para contribuir para traçar um novo futuro para Portugal

Fá-lo-emos com ânimo e esperança no nosso país. Com solidariedade e lealdade para com o nosso Governo e para com o nosso Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho. Com responsabilidade e seriedade para com os nossos concidadãos.

“A Democracia é difícil e exigente, mas dela não nos demitiremos”.

2. O Governo Local como verdadeiro agente da democratização de Portugal.

“É inútil dizer “estamos a fazer o possível”. Precisamos de fazer o que é necessário.”

Winston Churchill

A implantação do regime democrático em Portugal permitiu a consagração de direitos, liberdades e garantias inalienáveis aos cidadãos, estabelecendo os princípios basilares da democracia e assegurando o primado do Estado de Direito democrático, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

Mas a construção do Portugal democrático não se fez “por decreto”. A verdadeira democratização fez-se pelas mãos das autarquias na construção de um país mais justo e mais equilibrado, território a território.

No limiar de Abril de 1974, quase tudo estava por fazer. Tornava-se imperativo “fazer o que é necessário” e foram os Governos Locais que abraçaram várias gerações de desafios e garantiram o acesso das populações a serviços tão elementares como a água e o saneamento, a energia eléctrica e a iluminação pública, as vias e os arruamentos, a educação e o apoio social, a prática desportiva ou a fruição cultural, entre tantos outros.

Num país tão desigual, onde cada território encontrava um ponto de partida diferente, os Governos Locais ajudaram a transformar Portugal, contribuíram para a correcção das desigualdades e das assimetrias e deram aos cidadãos aquilo que podemos considerar o verdadeiro acesso à democracia - a oportunidade de melhorar a sua qualidade de vida.

Hoje, ao fim de 38 anos de democracia, constata-se na percepção pública da actividade do Poder Local um enorme paradoxo: por um lado, as populações sentem a importância dos seus Governos Locais e participam activamente na vida social, económica e política local, demonstrando muitas vezes uma interessante e assinalável capacidade de organização em defesa dos seus territórios e das suas autarquias; mas, por outro lado, há uma tendência generalizada na “opinião pública publicada” de ataque indiscriminado ao poder local e aos eleitos locais, como que menorizando o seu papel na democracia e na construção do desenvolvimento do país.

Seguramente que a grande maioria dos “opinion makers” que atacam o poder local nunca tiveram dificuldade de acesso aos tais bens e serviços essenciais de que a generalidade da população portuguesa durante décadas esteve privada. Porque sempre viveram nos principais centros urbanos ou nunca souberam o que era ter que recorrer a equipamentos públicos para praticar desporto; se calhar nunca frequentaram uma escola pública; nunca tiveram que recorrer a

refeições escolares; ou nem sequer imaginam o que poderia ser a vida sem abastecimento de água potável e sistemas públicos de saneamento.

Essa visão excessivamente centralizada demonstra um desconhecimento profundo de Portugal e dos portugueses. E ignora uma realidade inelutável: o contributo dos Governos Locais para a construção do Portugal democrático e para a democratização do acesso dos portugueses a mais e melhores oportunidades, a um melhor futuro.

3. O estado a que chegámos.

"O futuro é construído pelas nossas decisões diárias, inconstantes e mutáveis, e cada evento influencia todos os outros."

Alvin Toffler

Os Governos Locais investiram fortemente no desenvolvimento dos seus territórios, apostando em garantir o acesso dos cidadãos aos bens, serviços, equipamentos e oportunidades que foram negados à generalidade dos portugueses em quase 5 décadas de ditadura.

Passado todo este tempo, ainda temos diversas gerações de desafios perante o poder local e autarquias há que procuram ainda resolver problemas básicos dos seus cidadãos. É importante conhecer a realidade específica de cada território e o ponto de partida de cada autarquia. E, de uma vez por todas, é preciso desmistificar a ideia de que os Governos Locais só fizeram "obras de fachada" ou "investimentos faraónicos"!

E o trabalho que os Governos Locais desenvolvem no apoio social aos mais carenciados, garantindo refeições e transportes escolares, estabelecendo articulação permanente com as IPSS's e implementando programas integrados de combate à pobreza?

E o investimento que as autarquias fizeram no desenvolvimento económico dos seus territórios, criando estratégias e infra-estruturas capazes de estimular a génese e o crescimento de empresas, que geram riqueza e postos de trabalho?

E o investimento que foi feito para garantir o pleno acesso à educação pré-escolar e ao ensino básico, para implementar programas de alfabetização, de combate ao abandono escolar e de melhoria das qualificações dos portugueses?

E o investimento que os Governos Locais suportaram em infra-estruturas rodoviárias para assegurar melhor mobilidade para pessoas e bens, para aproximar comunidades isoladas e para estabelecer vias de comunicação com o resto do país e com o Mundo?

Ainda assim, com humildade democrática e com sentido de responsabilidade, temos consciência que nem sempre os Governos Locais decidiram bem. Nem sempre os Governos Locais tomaram as decisões que o tempo veio a revelar como as mais acertadas.

Mas importa não esquecer que, perante o tamanho da empreitada (tudo estava por fazer!) e com a escassez de recursos disponíveis, grande parte do investimento público municipal acabou por socorrer-se dos fundos comunitários estruturais que foram sendo sucessivamente colocados à disposição do nosso país.

Muitos dos equipamentos e serviços que hoje geram despesas correntes causadoras de dificuldades de sustentabilidade económica e financeira às autarquias foram apoiados, financiados e inaugurados por grande parte dos governantes do nosso país dos últimos 25 anos, induzidos pelas estratégias de desenvolvimento que os sucessivos Governos colocaram na gestão de quatro Quadros Comunitários de Apoio.

Tantas vezes as críticas aos autarcas padecem do vício de imprecisão e do vício da generalização. Porque cada autarquia é uma realidade distinta, com um ponto de partida distinto, com desafios diversos, com receitas desiguais e necessidades díspares. Daí que a avaliação dos autarcas não se possa cingir meramente à análise da saúde financeira da sua autarquia; há variadíssimas condicionantes que motivam a maior ou menor sustentabilidade financeira de um Governo Local, consoante os problemas, os desafios e os recursos disponíveis.

Ainda assim, e apesar de tantas vezes criticados de forma indiscriminada, os autarcas assumem as suas responsabilidades. E submetem-se humildemente ao julgamento mais exigente e mais importante: o julgamento eleitoral.

Temos, ainda, uma outra certeza: a forma como os autarcas gerem os recursos à sua disposição tem-se revelado bem mais eficiente, racional e ponderada do que muitos exemplos que vêm da Administração Central ou das suas entidades “paralelas”.

Veja-se o exemplo do que se passa com a Parque Escolar e imaginemos o que vociferariam hoje os “opinion makers” se esses resultados fossem apresentados pelas autarquias. O que seria dito? De quantas formas diferentes seriam criticados os autarcas responsáveis?

Neste assunto em particular, e a título de curiosidade, seria interessante que a comunicação social comparasse o custo de construção médio por metro quadrado das escolas intervencionadas pela Parque Escolar com o das escolas intervencionadas pelas autarquias. Talvez a surpresa fosse grande!

Adicionalmente, não podemos deixar também de realçar a profunda desigualdade na relação entre a administração central e as autarquias.

O que dizer, por exemplo, dessa relação desigual no que concerne às aquisições e/ou doações de imóveis? Sempre que uma autarquia luta por um investimento da administração central no seu território acaba por ser forçada a doar o(s) imóvel(eis) necessário(s), quando essa não é uma obrigação ou responsabilidade sua. Mas, ao invés, sempre que as autarquias necessitam de imóveis da administração central localizados nos seus territórios, são forçadas a adquiri-los a preço de mercado!

Muitas vezes, essa disponibilização de imóveis ao Estado para a construção de escolas, hospitais, tribunais, etc. (repita-se: que não é da responsabilidade das autarquias) significa um esforço financeiro substancial para as autarquias, que acabam por contrair empréstimos bancários para esse propósito. Mas, depois, esses empréstimos pesam na lista de endividamento das autarquias, que passam a ser “devedoras” simplesmente porque assumiram responsabilidades cometidas ao Estado.

Outro dos exemplos da desigualdade na relação das autarquias com o Estado prende-se com os benefícios que são gerados por consequência directa e indirecta do investimento dos Governos Locais. Veja-se o exemplo das zonas industriais, dos parques empresariais ou dos parques de ciência e tecnologia. Apesar desse investimento ser suportado pelas autarquias, é sempre o Estado que recolhe a grande maioria das receitas geradas pelas pessoas e pelas empresas que ali se instalam. As autarquias investem e geram dívida e despesa; o Estado fica quieto e recolhe o IVA, o IRC e o IRS gerado por essas empresas e por esses postos de trabalho.

O estado a que chegámos é, pois, o resultado de um conjunto de boas e más decisões. Nuns casos, é o resultado de análises menos cuidadas e de estratégias menos prudentes. Mas noutros casos, é o resultado de uma política nacional de desenvolvimento que estimulou e financiou muitos dos bens, serviços e equipamentos que hoje nos provocam os problemas económicos e financeiros que todos conhecemos.

Não escamoteamos a situação financeira difícil em que se encontram as autarquias - dela prestamos contas ao Estado como talvez mais nenhum outro órgão ou instituição da administração central faz; mas não aceitamos ser o bode expiatório de todos os problemas e muito menos nos servem todas as carapuças que nos têm tentado enfiar.

As autarquias representam uma parte muito pequena do problema e assumem a sua quota-parte de responsabilidade no caminho que todos - autarcas, governantes, deputados ou gestores públicos - trilhámos e que nos trouxe a este ponto. Mas, chegados aqui, não hesitamos em olhar

para a frente e participar activamente na construção de um futuro comum mais sustentado e mais equilibrado .

4. O que nos espera: um novo paradigma de Governo Local.

“Qualquer poder numa sociedade moderna, deve ser hoje repartido e multiforme e quaisquer tentativas, e muitas foram feitas no passado em Portugal, para o concentrar, denotam exclusivamente incapacidade para o seu exercício. Aqueles que de facto mais poder queriam ter, sempre foram os menos capazes de o exercer.”

Francisco Sá Carneiro

Atingimos um ponto crítico! Um ponto de viragem. Nada mais será como dantes e não sabemos ainda o que o futuro nos reserva.

Mas de uma coisa estamos certos e seguros: precisamos de definir, todos juntos, um novo paradigma de Governo Local, que potencie ferramentas e instrumentos claros e crie condições para que as autarquias possam enfrentar os novos desafios na satisfação das necessidades das populações, na sua crescente capacidade de exigência e na busca da excelência, do rigor e da ambição que os nossos territórios merecem.

Os Autarcas Social-Democratas não ignoram a necessidade de mudar um conjunto de coisas ao nível do Poder Local. Muitas das mudanças são, aliás, reivindicadas há muito pela maioria das mulheres e dos homens que conduzem os destinos das nossas autarquias.

Não recusamos, pois, o desafio da mudança e o espírito reformista que o Governo de coligação liderado pelo PSD tem desenvolvido. Entendemos, porém, que a alteração e a revisão quase total do enquadramento jurídico e financeiro das autarquias devem ser empreendidas com as autarquias e não contra as autarquias (e, necessariamente, contra as populações).

Estamos, por isso, disponíveis para trabalhar com o PSD na definição das soluções mais eficazes e equilibradas, apresentando os nossos contributos e as nossas propostas de forma séria e desprendida, rejeitando o populismo e a demagogia que a oposição (e, em particular, o Partido Socialista) escolheu usar no que diz respeito às reformas do Poder Local.

Defendemos um **novo paradigma de Governo Local**, suportado por um enquadramento legislativo e financeiro assente em dois pressupostos essenciais:

- 1) Garantir estabilidade, lealdade e previsibilidade legislativa, de forma a possibilitar um correcto planeamento de médio e longo prazo que preserve a autonomia dos Governos Locais (evitando surpresas anuais com os Orçamentos de Estado);

- 2) Delimitar e hierarquizar claramente as competências pelos diversos níveis de administração, defendendo o princípio da subsidiariedade;

Estes são dois vectores essenciais para a definição de um edifício normativo e financeiro estável para os Governos Locais, que lhes permita um ajustamento progressivo das suas realidades de gestão e das suas estratégias de desenvolvimento.

Tendo em consideração que algumas das reformas estão já em curso e, por outro lado, que outras há que urge implementar, importa identificar, de forma clara e pragmática, as medidas que os Autarcas Social-Democratas preconizam para o estabelecimento de um novo paradigma de Governo Local.

- Lei eleitoral autárquica:

- implementação dos executivos homogéneos;
- eleição de lista única para o órgão deliberativo (o Presidente do órgão executivo deverá ser o cidadão que encabeça a lista mais votada ao órgão deliberativo);
- reforço claro e efectivo de poderes de fiscalização do órgão deliberativo;
- redução dos eleitos locais;

- Reorganização Territorial Administrativa Autárquica:

- estando o diploma em sede de discussão na especialidade, deverá procurar-se um maior envolvimento político-partidário no quadro da Assembleia da República;
- atenuação das percentagens de redução de freguesias;
- considerando a heterogeneidade do território português, introdução da possibilidade de, em casos devidamente justificados pela Assembleia Municipal, serem propostas soluções que fiquem aquém da redução específica prevista, desde que devidamente validadas pela respectiva CCDR (entidade com competências ao nível do planeamento regional); entendemos que, em casos específicos, a redução prevista poderá forçar uma desestruturação do ordenamento do território em várias redes (escolar, transportes escolares, cuidados de saúde, protecção civil, apoio social, etc);
- reformulação da composição da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa, a funcionar junto da Assembleia da República, reduzindo a 3 os técnicos designados pela Assembleia da República e introduzindo um técnico nomeado pela CCDR da NUTII que os casos em análise integrem;

- Lei das Atribuições e Competências:

- delimitação clara das competências e dos meios necessários à sua execução, fixando os limites de competências próprias das freguesias, municípios, comunidades intermunicipais / áreas metropolitanas e administração central;

- Lei dos Compromissos:

- aprovação de diploma na Assembleia da República, com efeitos retroactivos à entrada em vigor da Lei, que salvaguarde e clarifique a confusão de interpretações sobre a sua aplicabilidade, nesta fase, às autarquias locais;
- as autarquias não se eximem ao cumprimento da Lei, mas não podem estar, nesta fase, submetidas a uma lei inaplicável, tal qual está construída;
- entendemos que uma Lei dos Compromissos devidamente adaptada à realidade autárquica, conjugada com uma linha de crédito que permita regularizar a dívida de curto prazo vencida, é uma oportunidade histórica para uma nova etapa na gestão autárquica;

- Lei das Finanças Locais:

- são diversas as hipóteses sobre por onde deve caminhar uma nova Lei das Finanças Locais; os ASD esperam e desejam é que a nova Lei das Finanças Locais proporcione o justo equilíbrio e proporcionalidade na distribuição do financiamento e dos impostos;
- os ASD contribuirão com uma proposta específica de alteração da Lei das Finanças Locais que defenda e corrija várias das injustiças e desigualdades hoje existentes;

- Reforma do Sector Empresarial Local:

- implementação clara dos deveres de informação e do controle da DGAL, da IGF e da DGO;
- defesa das empresas municipais que gerem competências inseridas em áreas sujeitas à concorrência, com lógica mercantil e receitas próprias que signifiquem mais de 50% de receitas totais (não dependentes de subsídios à exploração por parte dos Municípios);
- análise cuidada (caso a caso) das empresas que, apresentando uma estrutura de receita que dependa maioritariamente de transferências, subsídios ou indemnizações compensatórias por parte do Município, se venha a justificar que essa opção é vantajosa para o erário público;

- criação de mecanismos e ajustamento que favoreçam a fusão ou extinção das empresas municipais que não cumpram estes requisitos, acautelando os fortes impactos que essas fusões/extinções possam causar nos orçamentos municipais;

- QREN:

- reorientação estratégica do QREN, nos termos do que tem vindo a ser anunciado pelo Ministério da Economia e Emprego;
- cumprimento do Memorando de Entendimento celebrado com a ANMP, designadamente no que toca às taxas de 85% aplicáveis à despesa executada em 2011, resolvendo os problemas existentes de não aplicação dessa taxa nas candidaturas geridas no âmbito da contratualização com as CIM;
- aumento das taxas de comparticipação dos projectos já aprovados no universo municipal; esta medida potenciaria a execução do Quadro, reduziria o endividamento das autarquias e introduzia mais liquidez na economia;
- simplificação de processos, desburocratização dos pedidos de pagamento e eliminação de etapas redundantes nos procedimentos;

- Sectores da Água, Saneamento e Resíduos:

- deixar de perder tempo com grandes planos estratégicos que não saem do papel e passar à prática com modelos exequíveis, que permitam harmonização tarifária, ganhos de escala, mecanismos de coesão e, conseqüentemente, reduzam a penalização que actualmente incide sobre os territórios de baixa densidade;
- redefinição dos sistemas multimunicipais de água e saneamento, ajustando-os a pressupostos mais ligados à realidade;

- Regime das Relações Laborais na Administração Local:

- no novo paradigma de Governo Local não deve ficar vedado às autarquias o acesso às mesmas ferramentas e mecanismos legais de que a Administração Central dispõe para a reestruturação de serviços que impliquem redução de pessoal (incongruência: o Orçamento de Estado impõe reduções de pessoal, mas as autarquias não dispõem de instrumentos legais para o efeito);

- Estatuto do Eleito Local:

- revisão urgente e imediata do Estatuto do Eleito Local, introduzindo princípios de igualdade de tratamento face aos restantes eleitos e aos membros do Governo, designadamente em matérias de responsabilização pessoal, civil e financeira;

- Comunidades Intermunicipais / Áreas Metropolitanas:

- reforço do papel das Comunidades Intermunicipais e das Áreas Metropolitanas, especialmente no fortalecimento e estímulo de políticas intermunicipais (partilha de tarefas entre os Municípios) e supramunicipais (recepção de competências acima das que estão hoje acometidas aos Municípios).
- os ASD entendem, no entanto, que este processo de reforço do papel das Comunidades Intermunicipais e das Áreas Metropolitanas não deve servir de pretexto para impedir ou atrasar ainda mais a regionalização;
- a discussão sobre a alteração do método de escolha dos órgãos dirigentes das CIM/AM deverá levar em linha de conta o quadro da reorganização da presença do Estado em cada NUTII, designadamente ao nível da implementação e gestão de verdadeiras políticas integradas de desenvolvimento regional, multisectoriais e transversais;

- Reorganização da presença do Estado nos territórios:

- definição clara de uma política global, transversal e integrada de desenvolvimento, com estruturas de coordenação perfeitamente identificáveis ao nível do Governo, das NUTII, das NUTIII e dos Municípios;
- criação, ao nível governamental, de uma estrutura de coordenação inter-sectorial e inter-ministerial, de forma a articular todas as reformas que se pretendem implementar no território, fazendo-o de forma mais harmoniosa e consentânea com o equilíbrio entre regiões;
- definição de um mapa da presença do Estado nas NUT II, em defesa de uma administração central desconcentrada com uma gestão integrada, horizontal, transversal e orientada para o desenvolvimento, por oposição à gestão verticalizada, gerida ministério a ministério, com intervenções casuísticas de natureza sectorial como temos hoje;
- defesa da criação de um interlocutor único da Administração Central em cada NUT II, que responda por essa estratégia global, transversal e integrada, capaz de actuar com os Governos Locais em verdadeiras políticas integradas de desenvolvimento; esta é uma condição essencial para escrever caminho para a regionalização e para um desenvolvimento regional articulado;
- ao invés de anunciar encerramentos pontuais e avulsos, o Estado deve articular-se como um todo e redefinir a sua presença nos territórios, através da criação de Plataformas de Serviço Público (“Loja do Estado”) em cada território; a centralização dos serviços do Estado em cada território permitiria induzir poupanças significativas mas não significaria o abandono dos territórios (a redução drástica dos custos de

arrendamento dos diversos imóveis ocupados pelas organizações do Estado em cada território permitiria, seguramente, gerar poupanças que poderiam evitar alguns dos previstos encerramentos de serviços em diversos Municípios);

5. Objectivo 2013

“Todo o partido existe para o povo e não para si mesmo.”

Konrad Adenauer

No próximo ano realizam-se as eleições autárquicas. Este acto é provavelmente, o mais politizado e polemizado acto eleitoral autárquico da democracia.

Atente-se que o acto eleitoral autárquico de 2013 realizar-se-á já no quadro do novo paradigma de Governo Local, enquadrado pela maior reforma autárquica dos últimos 30 anos, marcado por uma reorganização administrativa profunda (mas necessariamente polémica e de consequências eleitorais incalculáveis), pela alteração da legislação eleitoral autárquica, pelo novo modelo de gestão dos executivos municipais e de freguesia, bem como por toda a nova configuração legislativa de conformação autárquica.

Acresce a tudo isto a circunstância da renovação maciça dos presidentes dos executivos autárquicos (designadamente os eleitos pelo PSD), o que vem modificar profundamente o cenário dos titulares dos cargos nalguns casos desde as primeiras eleições autárquicas realizadas em democracia.

A nova forma de compor os executivos municipais, o reforço dos poderes efectivos de fiscalização pelas assembleias municipais, a fixação de atribuições e competências específicas para as freguesias, representam uma das faces do novo paradigma de Governo Local para as próximas décadas. Paradigma que será ainda marcado por um novo modelo de financiamento para as autarquias, donde emerge um novo desafio para a forma de intervir do Poder Local na satisfação das necessidades das populações.

A realização das eleições num panorama de mudança de enquadramento e organização, de mudança de renovação de protagonistas, num quadro de constrangimentos financeiros impostos pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, exige uma atenção redobrada nas opções políticas, nas propostas de desenvolvimento e nas escolhas dos candidatos.

Não há mais espaço para a promessa fácil de campanha, para o populismo e para a demagogia. O discurso dos candidatos do PSD deve ser um discurso de esperança e de desenvolvimento, mas simultaneamente de rigor e de realismo. Esse equilíbrio é essencial! Nas opções políticas, as

propostas de candidatura a apresentar aos eleitores não-de integrar a necessidades de os esclarecer para o novo modelo organizacional das autarquias, para os compromissos de princípios a assumir com o eleitorado, para a gestão sensata – e em simultâneo, ousada e inovadora - das suas autarquias, sem incorrer em gastos sumptuários ou custos desnecessários.

A apresentação das candidaturas há-de assentar em propostas coesas e sustentáveis, alicerçadas em pessoas capazes e com programas homogéneos. As candidaturas devem ser abrangentes, alargando-se, quando se justificar, a partidos ou plataformas políticas locais, centradas no mesmo espaço político que suporta o governo, na convicção de que o momento mais difícil que o país atravessa exige concertação política com a maioria que suporta o Governo, embora não tenha que se circunscrever a este espaço.

Num processo de renovação global, a escolha dos protagonistas deve merecer um cuidado redobrado. Quer na definição do perfil mais adequado em função do novo modelo, quer na necessidade absoluta de apostar na formação dos candidatos, face ao novo enquadramento e ao novo paradigma de Governo Local.

Neste quadro, e com o objectivo claro e assumido de GANHAR AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2013, os Autarcas Social-Democratas propõem:

- envolvimento dos ASD na estrutura de coordenação do processo eleitoral a criar pelo partido;
- maior articulação entre os membros do PSD que integram o Governo e a Assembleia da República, de modo a concertar actuação (“todos a remarem para o mesmo lado”);
- definição de uma Carta de Princípios, a que cada candidato deve obrigatoriamente vincular-se, que defenda um compromisso permanente com a verdade, a transparência e o rigor, com a contenção de custos na campanha eleitoral e com a definição de um claro, realista e exequível projecto de desenvolvimento autárquico a apresentar ao eleitorado;
- criação de um Programa de Formação Específica para todos os candidatos e/ou eleitos, incidindo em toda a legislação aplicável às autarquias locais - muita dela nova e dispersa por diplomas não exclusivos das autarquias;
- redução clara e substancial dos custos com a campanha eleitoral;
- favorecimento da inclusão de mais jovens e mulheres nas listas de candidatos, em linha com a renovação de autarcas e candidatos que definitivamente acontecerá com o acto eleitoral do próximo ano.

6. Conclusão

“Saber estar e romper a tempo, correr riscos da adesão e da renúncia, pôr a sinceridade das posições acima dos interesses pessoais – isto é a política que vale a pena!”

Francisco Sá Carneiro

Defendemos um novo paradigma de Governo Local. Um Governo Local mais racional, com competências e meios bem definidos e com estabilidade legislativa que garanta previsibilidade. É impossível gerir uma autarquia na expectativa permanente de que o Orçamento de Estado seguinte trará uma nova alteração, um novo condicionalismo, uma nova imposição.

As autarquias participarão, de forma decidida, no esforço nacional de consolidação orçamental, crescimento e desenvolvimento sustentado. As reformas são necessárias e visam a mudança de paradigma, da forma como o país deve ser gerido, da forma como olhamos para o desenvolvimento.

Ainda assim, reiteramos a necessidade de um maior envolvimento dos Governos Locais na definição dessas reformas. Seria muito complicado se as alterações fossem apresentadas aos autarcas meramente como um “fait accompli”. Não podemos confundir espírito reformista com demonstrações de autoridade: o sucesso das reformas estará no envolvimento da sociedade, das instituições e dos partidos políticos que se disponham ao diálogo.

O PSD tem evidenciado uma enorme coragem para reformar, a despeito da popularidade das próprias reformas. Esta atitude responsável e séria abre o flanco ao populismo e à demagogia, aos quais os nossos principais adversários já mostraram terem tentação em aderir.

Refira-se, aliás, que os nossos adversários políticos estão “à espreita” e já se percebeu que olham para o acto eleitoral autárquico de 2013 como uma rampa de lançamento da sua estratégia de poder.

Por isso mesmo, as próximas eleições devem ser encaradas como um desafio para todo o PSD. Talvez dos mais importantes de sempre.

Estamos convictos que as eleições autárquicas só constituirão uma oportunidade para os nossos adversários políticos se o PSD não for capaz de mobilizar as suas energias e aprofundar os

mecanismos de cooperação entre as diferentes estruturas, de forma a atingir o desiderato principal: GANHAR AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2013.

Para ser possível reganhar esperança, conquistar o futuro e respeitar as novas gerações, o PSD tem que continuar a concentrar-se na senda reformadora que empreende no governo de coligação. Mas deve também o PSD assumir claramente que é decisivo para o sucesso dessa senda reformadora que o partido garanta o maior número de autarquias possível.

Inspira-nos a coragem e a determinação do Sr. Presidente do PSD, Dr. Pedro Passos Coelho. Impressiona-nos a sua capacidade de trabalho e a sua defesa intransigente das políticas e estratégias que nos permitirão sair do Programa de Assistência Económica e Financeira que o Partido Socialista deixou ao nosso país.

Vamos continuar a lutar para que a social-democracia se mantenha nos trilhos da defesa dos Governos Locais, ajudando o líder do nosso partido a recuperar para o nosso país o tempo perdido pelos governantes anteriores.

Assim, com esperança no futuro, seremos firmes e não abdicaremos dos nossos princípios que são indiscutivelmente a força do PSD e de Portugal.

Primeiro Subscritor



Pedro Oliveira Pinto